

6/2013
JUNHO - MENSAL

ISSN 2182-6331

BOLETIM DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA



PLANO FINANÇAS
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Governo Regional

♦ Ficha técnica

TÍTULO : *Boletim de execução orçamental do Governo Regional da Madeira*

AUTOR: Secretaria Regional do Plano e Finanças. Direção Regional de Orçamento e Contabilidade

EDIÇÃO: Secretaria Regional do Plano e Finanças. Direção Regional de Orçamento e Contabilidade

DESIGN GRÁFICO: © DROC, 2013

CAPA/CONTRACAPA: Pormenor de vidraça, Palácio do Governo Regional da Madeira.

DISTRIBUIÇÃO: Gratuita

PERIODICIDADE: Mensal

ISSN: 2182-6331 (ficheiro eletrónico)

DATA: 28-06-2013

LOCAL: Funchal, Região Autónoma da Madeira

Este documento informativo está redigido conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Documento eletrónico otimizado para leitura OCR.

Avenida Arriaga | 9004-528 Funchal | Telef. 291212100 | Fax 291238115 | Contribuinte 671001310 | Página institucional: <http://srpf.gov-madeira.pt> | E-mail: droc.srpf@gov-madeira.pt

Índice

Apresentação	4
1. Síntese global	5
2. Subsetor do Governo Regional.....	6
2.1. Síntese	6
2.2. Receita.....	9
2.3. Despesa	12
3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR.....	18
3.1. Entidades Públicas Reclassificadas.....	18
3.2. Síntese Global dos SFA e EPR	19
4. Dívida não Financeira da Administração Regional	24
5. Conceitos aplicados.....	26
6. Siglas e abreviaturas.....	27
7. Índice de Quadros	28

◆ Apresentação

O Boletim de Execução Orçamental é uma publicação com periodicidade mensal, onde se afere a evolução da receita e da despesa, dos compromissos e das dívidas da Administração Pública Regional (APR), compreendendo os serviços integrados do Governo Regional (GR), os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), em conformidade com o estabelecido no Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), acordado entre a Região Autónoma da Madeira e a República Portuguesa, em 27 de janeiro de 2012 (medida 4).

A estrutura da publicação permite expressar de forma clara e abrangente a evolução da execução orçamental nas suas diferentes óticas — através da análise funcional, económica e orgânica — por cada subsetor que compõe a Administração Pública da RAM: Governo Regional (GR), Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) e a evolução da dívida não financeira.

A informação em apreço é divulgada até ao dia 30 do mês seguinte àquele a que respeita, pelo que a edição que ora se apresenta reporta-se ao mês de maio de 2013.

◆ I. Síntese global

O QUADRO seguinte apresenta os dados na forma consolidada da execução orçamental dos primeiros quatro meses de 2013, de acordo com o reporte financeiro mensal à DGO:

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (jan-mai)

€ Milhares

	GR	SFA	EPR	Saldo consolidado
Receita corrente	372.859,9	136.533,1	5.807,8	392.253,6
Impostos diretos	108.439,9	636,3	0,0	109.076,2
Impostos indiretos	149.861,9	12,5	0,0	149.874,4
Contribuições de Segurança Social	1.267,9	0,0	0,0	1.267,9
Outras receitas correntes	113.290,1	135.884,2	5.807,8	132.035,0
Transferências correntes	96.421,2	132.045,6	0,0	105.519,6
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	95.849,4	1.691,7	0,0	97.541,1
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	0,0	122.947,1	0,0	0,0
Receita de capital	25.551,8	10.209,4	105,3	34.321,6
Venda de bens de investimento	8,5	0,0	0,0	8,5
Transferências capital	21.321,7	10.189,2	105,3	30.071,2
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	20.912,6	0,0	0,0	20.912,6
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	0,0	1.545,0	0,0	0,0
Receita efetiva	398.411,7	146.742,5	5.913,1	426.575,2
Despesa corrente	378.993,5	129.518,9	10.899,0	396.464,3
Consumo público	216.550,3	40.712,7	2.749,3	260.012,3
Despesas com o pessoal	140.836,0	11.482,9	1.397,9	153.716,9
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	75.714,3	29.229,8	1.351,3	106.295,4
Subsídios	2.579,6	5.256,1	0,0	7.835,7
Juros e outros encargos	19.927,1	2.114,2	5.036,3	27.077,6
Transferências correntes	139.936,6	81.435,8	3.113,4	101.538,7
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	0,0	214,2	0,0	214,2
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	122.944,6	2,5	0,0	0,0
Despesa de capital	39.088,5	8.433,4	1.819,8	47.796,8
Investimento	29.310,3	1.026,6	1.819,8	32.156,7
Transferências de capital	9.778,2	7.406,8	0,0	15.640,1
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	303,1	0,0	0,0	303,1
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	1.545,0	0,0	0,0	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	418.082,1	137.952,3	12.718,8	444.261,0
Saldo global	-19.670,4	8.790,2	-6.805,7	-17.685,8
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-6.133,6	7.014,2	-5.091,2	-4.210,7
Despesa corrente primária	359.066,4	127.404,7	5.862,7	369.386,6
Saldo corrente primário	13.793,5	9.128,4	-54,9	22.867,0
Saldo de capital	-13.536,7	1.776,0	-1.714,5	-13.475,2
Despesa primária	398.154,9	135.838,1	7.682,5	417.183,4
Saldo primário	256,8	10.904,4	-1.769,4	9.391,8

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Nota: As Reposições Não Abatidas nos Pagamentos foram contabilizadas em Receitas de Capital, nos termos do Decreto-Lei n.º26/2002 de 14 de fevereiro

As transferências de outros subsetores das AP compreendem transferências da Administração Central, da Administração Local e da Segurança Social

O saldo global consolidado dos organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional é deficitário em 17,7 milhões de euros. O saldo primário ascende a 9,4 milhões de euros. O saldo de capital foi deficitário em

13,5 milhões de euros, face a uma despesa efetiva de 444,3 milhões de euros e a uma despesa primária de 417,2 milhões de euros. A receita efetiva ascendeu a 426,6 milhões de euros.

♦ 2. Subsetor do Governo Regional

♦ 2.1. Síntese

O saldo global registado até maio de 2013 do subsetor do Governo Regional – na ótica da Contabilidade Pública – foi de -19,7 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 26,1 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior. Esta circunstância decorre da trajetória ascendente do saldo corrente, para o que concorre o acentuado aumento na receita desta natureza, a par de uma evolução moderada da componente da despesa.

O saldo de capital condicionou negativamente o saldo global em 13,5 milhões de euros, em virtude das dinâmicas distintas evidenciadas ao nível da despesa e da receita desta natureza. Efetivamente, enquanto a receita de capital decresceram 7,1% em termos homólogos, a despesa variou 108%. O saldo global evidenciado no final de maio

resulta do comportamento da receita efetiva, que variou 8,6% e dum acréscimo menos pronunciado da despesa efetiva (1,4%), a qual, foi condicionada no sentido descendente pela evolução das transferências correntes (-20,5%), e das outras despesas correntes (-92,7%) e, no sentido ascendente, pelo comportamento das restantes componentes da despesa, em especial da despesa de capital, designadamente as despesas com a aquisição de bens de capital – em larga medida motivado pelos encargos destinados a reverter os danos causados pela intempérie de fevereiro de 2010 – e as transferências de capital, que variaram 108% e 223,7%, respetivamente.

Do lado da receita, assinala-se a trajetória ascendente da componente corrente, cristalizada numa variação homóloga de

9,9%, enquanto que a componente de capital registou uma quebra, materializada numa variação de -7,1% face aos primeiros

cinco meses de 2012, conforme expressa o QUADRO II:

QUADRO II - Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro-maio)

€ Milhares

	2012	2013	VH (%)
Receita corrente	339.184,9	372.859,9	9,9
Receitas fiscais	231.414,0	258.301,8	11,6
Impostos diretos	84.782,4	108.439,9	27,9
Impostos indiretos	146.631,6	149.861,9	2,2
Outras receitas correntes	107.770,9	114.558,1	6,3
Receita de capital	27.518,3	25.551,8	-7,1
Receita efetiva	366.703,3	398.411,7	8,6
Despesa corrente	395.321,2	378.993,5	-4,1
Despesas com o pessoal	123.272,6	140.836,0	14,2
Aquisição de bens e serviços	73.621,3	75.267,0	2,2
Juros e outros encargos	14.395,2	19.927,1	38,4
Transferências correntes	176.093,8	139.936,6	-20,5
Administrações Públicas	159.184,2	122.944,6	-22,8
Outras	16.909,5	16.991,9	0,5
Subsídios	1.812,4	2.579,6	42,3
Outras despesas correntes	6.126,0	447,2	-92,7
Despesa de capital	17.111,4	39.088,5	128,4
Investimento	14.090,5	29.310,3	108,0
Transferências de capital	3.021,0	9.778,2	223,7
Administrações Públicas	616,8	1.848,1	199,6
Outras	2.404,2	7.930,2	229,8
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	412.432,7	418.082,1	1,4
Saldo global	-45.729,4	-19.670,4	57,0
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	-56.136,3	-6.133,6	89,1
Saldo de capital	10.406,9	-13.536,7	-230,1
Saldo primário	-31.334,2	256,8	100,8
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	198.937,0	6.205,9	-96,9

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A execução calculada tem por referência o orçamento retificado, à data, após os respetivos reforços e anulações.

- ◆ O saldo primário foi de 256,8 mil euros, o que representa uma melhoria de cerca de 31,6 milhões de euros relativamente ao período homólogo de 2012;
- ◆ Verifica-se uma quebra do saldo de capital, cristalizada numa variação homóloga de -230,1%;
- ◆ A variação homóloga do saldo global materializa uma trajetória ascendente da receita, a par de um acréscimo

moderado da despesa. Efetivamente, enquanto a receita efetiva aumentou 31,7 milhões de euros até maio de 2013, a despesa efetiva progrediu 5,6 milhões de euros, justificando, deste modo, a formação do saldo global evidenciado no final dos primeiros cinco meses de 2013, que se

decompõe num saldo corrente de -6,1 milhões de euros e num saldo de capital de -13,5 milhões de euros.

O quadro seguinte aborda a execução orçamental de maio do subsector do Governo Regional, discriminada de acordo com a classificação económica:

QUADRO III - Execução Orçamental do Gov. Regional (maio)			€ Milhares
	2012	2013	VH (%)
Receita corrente	92.633,6	62.599,0	-32,4
Receitas fiscais	54.957,0	54.304,6	-1,2
Outras receitas correntes	37.676,5	8.294,4	-78,0
Receita de capital	9.454,1	406,5	-95,7
Receita efetiva	102.087,6	63.005,5	-38,3
Despesa corrente	146.944,6	107.394,0	-26,9
Despesas com o pessoal	24.941,6	33.278,1	33,4
Aquisição de bens e serviços	61.332,8	39.140,2	-36,2
Juros e outros encargos	2.150,4	525,0	-75,6
Despesa de capital	6.385,9	13.868,7	117,2
Investimento	5.218,3	12.703,4	143,4
Transferências de capital	1.167,6	1.165,3	-0,2
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	153.330,5	121.262,8	-20,9
Saldo global	-51.242,9	-58.257,3	13,7
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	-54.311,1	-44.795,0	-17,5
Saldo de capital	3.068,1	-13.462,3	538,8
Saldo primário	-49.092,5	-57.732,3	-17,6

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A execução calculada tem por referência o orçamento retificado, à data, após os respetivos reforços e anulações.

- ♦ A execução orçamental relativa ao mês de maio expressa uma trajetória distinta da registada em termos acumulados para os primeiros cinco meses de 2013. Com efeito, tanto a receita como a despesa efetiva registaram trajetórias descendentes face ao registado em maio de 2012, materializadas nas variações de -38,3%

e -46,3%. O saldo global resultante evidencia que a despesa efetiva superou a receita em 58,3 milhões de euros, para o que contribuíram os saldos deficitários evidenciados tanto ao nível corrente (-44,8 milhões de euros) com na vertente de capital (-13,5 milhões de euros).

♦ 2.2. Receita

- ♦ A receita efetiva do Governo Regional aumentou 8,6% nos primeiros cinco meses de 2013, fundamentalmente em virtude do comportamento evidenciado pelas receitas fiscais, em particular pelo acréscimo evidenciado ao nível a tributação direta. Esta circunstância reflete os acréscimos na realização da fiscalidade sobre os rendimentos, tanto das pessoas singulares, como das pessoas coletivas, em virtude do cumprimento das obrigações impostas pelo PAEF RAM em matéria de fiscalidade, e das alterações decorrentes da aprovação do Orçamento do Estado para 2013 e as inerentes adaptações ao quadro normativo regional.
- ♦ Ao nível da receita não fiscal, a variação de 3,6% face aos primeiros cinco meses de 2012 refletem aumentos da receita corrente, alavancada por acréscimos nas vendas de bens e serviços correntes (motivados pela liquidação de dívidas ao extinto Instituto de Gestão da Água, criado pelo Decreto Legislativo Regional nº 19/91/M, de 30 de Julho), e por um acréscimo das transferências correntes, provenientes do Orçamento do Estado, que se deve à circunstância de, no ano corrente, as mesmas se concretizarem numa base trimestral, a efetivar-se no início do trimestre a que respeita, por oposição do processamento mensal das transferências do Orçamento do Estado em 2012, ao abrigo do disposto no artigo 106.º da LOE 2012, alicerçado no artigo 31.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, e na redação dada pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2010, de 29 de março, e 2/2010, de 16 de junho.
- ♦ Especificamente, a receita fiscal fixou-se nos 258,3 milhões de euros, nos primeiros cinco meses de 2013, refletindo um acréscimo de 11,6% face ao evidenciado no período homólogo do ano anterior. O desempenho da receita fiscal acumulada até maio de 2013 cristaliza a trajetória ascendente tanto dos impostos diretos (27,9%), como dos impostos indiretos (2,2%).
- ♦ O QUADRO IV sintetiza o comportamento das principais rubricas associadas à receita fiscal.

QUADRO IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-maio)

€ Milhares

	2012	2013	VH (%)
Receita fiscal	231.414,0	258.301,8	11,6
Impostos Diretos	84.782,4	108.439,9	27,9
IRS	69.382,6	82.672,9	19,2
IRC	15.395,6	25.766,6	67,4
Outros	4,2	0,4	-90,5
Impostos Indiretos	146.631,6	149.861,9	2,2
ISP	19.469,4	18.390,5	-5,5
IVA	99.697,2	106.817,9	7,1
ISV	1.388,4	1.495,6	7,7
Imposto de consumo sobre o tabaco	11.757,2	9.971,2	-15,2
IABA	2.241,2	1.861,0	-17,0
Outros	12.078,0	11.325,7	-6,2
Imposto de Selo	11.040,7	10.148,2	-8,1
IUC	901,7	1.036,2	14,9
Receita não fiscal	135.289,3	140.109,9	3,6
Receita efetiva	366.703,3	398.411,7	8,6

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A evolução dos impostos diretos de 2012 para 2013 ficou a dever-se a:

- ◆ Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – regista-se um acréscimo face ao ano de 2012, que acende a 19,2%;
- ◆ Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) – verifica-se uma variação de 67,4% relativamente a 2012.

As variações ocorridas refletem as atualizações efetivadas ao nível da fiscalidade direta decorrentes das obrigações impostas pelo PAEF acordado entre a Região e a República Portuguesa, assim como incorpora a adaptação à Região das alterações previstas na Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, que aprova

o Orçamento do Estado para 2013. Ao nível da tributação sobre o rendimento das pessoas coletivas, salienta-se ainda o efeito do aumento da receita proveniente do Centro Internacional de Negócios da Madeira, como outro dos fatores explicativos para a variação verificada.

A variação homóloga dos impostos indiretos foi a seguinte:

- ◆ Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – verifica-se um acréscimo de 7,7% na receita arrecadada até maio de 2013 face ao registado em igual período do ano anterior. Esta evolução deriva do facto da aplicação da Portaria n.º 1418/2008, de 9 de dezembro, que

regula as transferências do IVA para as Regiões Autónomas ter resultado no apuramento dum duodécimo superior a atribuir até abril de 2013, face ao aplicado no período homólogo de 2012, tendo resultado ainda, dos acertos a que se refere o art.º 4.º da portaria em apreço, um acréscimo no duodécimo a transferir pelas entidades nacionais;

- ◆ Imposto sobre Veículos (ISV) – a receita acumulada registou um acréscimo de 7,7% face ao período homólogo de 2012, período em que se registaram níveis significativamente baixos na arrecadação deste imposto;
- ◆ Imposto de Selo (IS) – a receita acumulada registou uma diminuição de 8,1%;
- ◆ Imposto sobre o Tabaco (IT) – a receita líquida acumulada registou uma quebra de 15,2% comparativamente a 2012;
- ◆ Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) – verifica-se uma quebra de 5,5% face ao ano transato.

A **receita não fiscal** apresenta um acréscimo de 3,6%, em grande medida influenciado pelo acréscimo da realização de vendas de bens e serviços correntes, justificados pela liquidação de dívidas ao extinto Instituto de Gestão da Água, criado pelo Decreto Legislativo Regional nº 19/91/M, de 30 de Julho, e pelo incremento das transferências correntes (2,9%), a que estará associada a circunstância das transferências do Orçamento do Estado para a Região Autónoma da Madeira voltar a efetuar-se trimestralmente, no primeiro mês a que diz respeito, por oposição da transferência mensal que se verificou no decurso de 2012, conforme já referido anteriormente.

O quadro seguinte complementa o descrito anteriormente relativamente à execução orçamental da receita não fiscal do Governo Regional da Madeira, relativa aos primeiros cinco meses de 2012 e 2013:

QUADRO V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-maio)

€ Milhares

	2012	2013	Grau de Execução (%)
Receita fiscal	231.414,0	258.301,8	33,5%
Receita não fiscal	135.289,3	140.109,9	29,8%
Correntes	107.770,9	114.558,1	47,1%
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	2.123,8	1.267,9	22,5%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	7.996,0	8.835,8	34,6%
Rendimentos da Propriedade	1.204,7	1.151,3	58,6%
Transferências Correntes	93.693,1	96.421,2	47,4%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.985,7	6.213,0	120,1%
Outras Receitas Correntes	767,6	668,9	43,9%
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0%
Capital	27.518,3	25.551,8	11,2%
Venda de Bens de Investimento	142,2	8,5	0,7%
Transferências de Capital	27.029,8	21.321,7	12,8%
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0%
Saldo da Gerência Anterior	0,0	0,0	0,0%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	346,3	4.221,6	866,1%
Receita efetiva	366.703,3	398.411,7	32,1%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

♦ 2.3. Despesa

A despesa efetiva acumulada do Governo Regional aumentou 1,4% entre os primeiros cinco meses de 2012 e igual período de 2013, tendo apresentado um

grau de execução de 17,0%, menos 5,2 pontos percentuais (p.p.) do que o executado até maio do ano anterior.

QUADRO VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-maio)

€ milhares

	2012	2013	2012	2013	VH (%)
			Grau de Execução (%)		
Despesa corrente	395.321,2	378.993,5	31,1	28,0	-4,1
Despesas com o pessoal	123.272,6	140.836,0	39,2	41,5	14,2
Remunerações Certas e Permanentes	105.778,3	115.537,5	40,1	41,4	9,2
Abonos Variáveis ou Eventuais	1.055,1	750,2	23,0	22,2	-28,9
Segurança social	16.439,2	24.548,3	35,8	43,3	49,3
Aquisição de bens e serviços correntes	73.621,3	75.267,0	36,2	36,3	2,2
Juros e outros encargos	14.395,2	19.927,1	12,7	5,6	38,4
Transferências correntes	176.093,8	139.936,6	34,5	32,2	-20,5
Administrações Públicas	159.184,2	122.944,6	35,7	33,3	-22,8
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Administração Regional	159.184,2	122.944,6	35,7	33,3	-22,8
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Outras transferências correntes	16.909,5	16.991,9	26,2	26,1	0,5
Subsídios	1.812,4	2.579,6	9,3	21,1	42,3
Outras despesas correntes	6.126,0	447,2	5,6	7,2	-92,7
Despesa corrente primária	380.926,0	359.066,4	32,9	35,9	-5,7
Despesa de capital	17.111,4	39.088,5	2,9	3,5	128,4
Investimento	14.090,5	29.310,3	4,9	2,9	108,0
Transferências de capital	3.021,0	9.778,2	2,8	12,7	223,7
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Despesa efetiva	412.432,7	418.082,1	22,2	17,0	1,4

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Por memória:

Ativos financeiros	198.937,0	6.205,9	74,4	29,1	
Passivos financeiros	54.849,0	180.826,8	69,0	72,3	

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Os principais fatores que influenciaram a evolução da despesa do Governo Regional de 2012 para 2013 foram os seguintes:

- ◆ Pagamentos realizados no âmbito do PAEF-RAM;
- ◆ Acréscimo da despesa com pessoal em 14,2%, em grande medida explicado pelos aumentos das despesas com as remunerações certas e permanentes (9,2%) – a que estará associada a reposição

do subsídio de natal dos funcionários públicos e o pagamento daquele abono em duodécimos, nos termos do estabelecido na Lei do OE para 2013 – e pelo consequente aumento das despesas com a segurança social. O acréscimo registado ao nível das despesas com pessoal do subsetor do Governo Regional é também justificado pelas diversas alterações orgânicas verificadas a partir do início do ano económico

de 2013, nomeadamente a extinção da empresa pública regional RAMEDM – Estradas da Madeira, S.A. e sua integração, na Administração Pública Regional direta, através da Direção Regional de Estradas. Decorrente de igual processo, o acréscimo das despesas com pessoal do Governo Regional são também motivadas pela extinção, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013, do Laboratório de Engenharia Civil, IP-RAM; Fundo Madeirense do Seguro de Colheitas; Fundo de Gestão para os Programas da Direção Regional de Pescas e do Centro de Estudos de História do Atlântico, os quais foram objeto de integração na Administração Pública Regional direta;

- ◆ Aumento das despesas com enquadramento na rubrica Aquisição de Bens e Serviços Correntes (2,2%, em termos homólogos), em grande parte motivado pela realização de despesas inerentes às SCUTS;
- ◆ Aumento da despesa com juros e outros encargos (38,4%);
- ◆ Decréscimo das transferências correntes (-20,5%);

- ◆ Aumento da despesa com subsídios, na execução até ao final de maio de 2013, materializada numa variação de 42,3% face ao período homólogo de 2012;
- ◆ Redução na rubrica relativa a Outras Despesas Correntes (-92,7%);
- ◆ Acréscimo da despesa de Capital (128,4%).
- ◆ As despesas correntes realizadas até maio de 2013 representam 90,7% do total da despesa efetiva, sendo que a despesa corrente primária corresponde a 85,9% da mesma. Comparativamente ao período homólogo, as despesas correntes diminuíram o seu peso relativo na despesa efetiva em 5,2 p.p., enquanto que as despesas correntes primárias cristalizam um decréscimo de 6,5 p.p.. O peso evidenciado pelas despesas correntes é explicado, fundamentalmente, pela ainda baixa execução evidenciada nas despesas de capital, cujos efeitos se materializam, a par do aumento relevante das despesas com juros e outros encargos, no acréscimo do peso relativo das despesas correntes na despesa efetiva.

O quadro seguinte expõe a decomposição da execução orçamental por classificação funcional por setor:

QUADRO VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro-maio)		€ milhares
	2013	Estrutura
Funções Gerais de Soberania	27.088,9	6,6
Serviços Gerais da Administração Pública	24.021,6	5,8
Defesa Nacional	0,0	0,0
Segurança e Ordem Públicas	3.067,3	0,7
Funções Sociais	275.142,8	67,0
Educação	126.165,0	30,7
Saúde	106.637,4	26,0
Segurança e Ação Sociais	0,0	0,0
Habituação e Serviços Coletivos	28.211,0	6,9
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	14.129,4	3,4
Funções Económicas	88.666,9	21,6
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	12.463,8	3,0
Indústria e Energia	427,7	0,1
Transportes e Comunicações	67.784,6	16,5
Comércio e Turismo	6.196,0	1,5
Outras Funções Económicas	1.794,7	0,4
Outras Funções	19.895,3	4,8
Operações da Dívida Pública	19.895,3	4,8
Transferências entre Administrações Públicas	0,0	0,0
Diversas não especificadas	0,0	0,0
Despesa Efetiva	410.793,9	100,0
<i>Por memória:</i>		
Ativos financeiros	6.205,9	1,5
Funções Gerais de Soberania	4.962,1	1,2
Funções Sociais	1.243,7	0,3
Funções Económicas	0,0	0,0
Outras Funções	0,0	0,0
Passivos financeiros	180.826,8	44,0
Outras Funções	180.826,8	44,0

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ◆ A apreciação da estrutura da despesa pela ótica funcional permite comprovar o relevo das Funções Sociais na execução da despesa, representando 67,0% do total, seguindo-se as Funções Económicas (21,6%), as Funções Gerais de Soberania (6,6%) e as Outras Funções (4,8%).
- ◆ Nas Funções Sociais, destacam-se as verbas destinadas à Educação (126,2 milhões de euros) e à Saúde (106,6 milhões de euros), que representam 45,9% e 38,8% das despesas em funções sociais, respetivamente. As despesas com a Educação aumentaram cerca de 1,6 milhões de euros, enquanto que na Saúde o montante despendido revelou-se inferior ao do

ano precedente em 33,1 milhões de euros.

- ◆ As despesas com as Funções Económicas aumentaram até maio, face à realização de 2012, cristalizando um acréscimo de 7,5 milhões de euros em termos homólogos. Este aumento foi motivado, em grande medida, pelo pagamento das despesas associadas às SCUTS.
- ◆ As Funções Gerais de Soberania executaram 27,1 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 0,6% face ao registado até maio de 2012, com os Serviços Gerais da Administração Pública, que apresentam um acréscimo de 0,6%, a condicionarem a evolução registada.
- ◆ Em Outras Funções, os 19,9 milhões de euros realizados destinaram-se a operações da dívida pública, representando um acréscimo de 38,2% face à execução registada nos primeiros cinco meses de 2012.
- ◆ No que concerne à execução orçamental por classificação orgânica, ilustrada pelo quadro seguinte,

constata-se que o agrupamento orgânico com maior execução de despesa foi a Secretaria Regional da Educação e dos Recursos Humanos com 142,1 milhões de euros (despesa efetiva), dos quais 76,5% dizem respeito às despesas com o pessoal. Segue-se a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, com 112,5 milhões de euros, dos quais, 98,1% respeitam a transferências correntes e o Plano e Finanças, com 93,4 milhões de euros, motivado, fundamentalmente, pelas despesas associadas às SCUTS e pelo pagamento de juros e outros encargos. Em contraponto, a Presidência do Governo Regional executou 504,7 mil euros, afetos, na sua quase totalidade, a despesas com o pessoal (422,6 mil euros). As transferências para a Assembleia Legislativa da Madeira ascenderam, a 5,9 milhões de euros nos primeiros cinco meses de 2013.

O quadro VIII traduz a execução orçamental por agrupamentos orgânicos numa perspetiva de afetação económica:

QUADRO VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-maio)

€ milhares

	Assembleia Legislativa da Madeira	Presidência do Governo	Vice-Presidência do Governo	Plano e Finanças	Ambiente e Recursos Naturais	Cultura, Turismo e Transportes	Assuntos Sociais	Educação e Recursos Humanos	TOTAL
Despesa corrente	5.903,8	504,7	12.361,8	87.414,6	14.261,6	9.554,9	112.538,7	136.453,6	378.993,5
Despesas com o pessoal	0,0	422,6	10.024,7	6.701,3	10.643,8	3.597,0	825,4	108.621,3	140.836,0
Remunerações Certas e Permanentes	0,00	340,4	8.159,8	5.251,7	8.747,9	2.972,3	690,8	89.374,5	115.537,5
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	10,9	107,7	138,1	80,4	115	18	399,8	750,2
Segurança social	0,00	713	1.757,2	1311,5	1815,4	613,2	132,8	18.846,9	24.548,3
Aquisição de bens e serviços correntes	0,0	82,1	1377,0	59.941,7	8913	3.335,9	617,2	9.021,8	75.267,0
Aquisição de bens	0,00	10,0	219,6	143,8	10,0	812,3	14	1.784,3	2.981,5
Aquisição de serviços	0,00	72,0	1.157,4	59.797,9	8813	2.523,6	615,9	7.237,5	72.285,6
Juros e outros encargos	0,0	0,0	0,0	19.895,3	0,0	0,0	0,0	318	19.927,1
Transferências correntes	5.903,8	0,0	615,3	815,8	2.294,5	439,7	111.096,1	18.771,5	139.936,6
Administrações Públicas	5.903,8	0,0	595,4	725,8	1.988,0	0,0	110.376,4	3.355,3	122.944,6
Administração Central	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Regional	5.903,8	0,0	595,4	725,8	1.988,0	0,0	110.376,4	3.355,3	122.944,6
Administração Local	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências correntes	0,0	0,0	19,9	90,0	306,4	439,7	719,7	15.416,3	16.991,9
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	398,7	2.180,9	0,0	0,0	2.579,6
Outras despesas correntes	0,0	0,0	344,8	60,4	33,4	14	0,0	7,3	447,2
Despesa de capital	14,8	0,0	25.520,1	5.944,7	1.984,2	1,2	0,0	5.623,4	39.088,5
Investimento	0,0	0,0	24.033,1	5.298,6	0,0	12	0,0	17,3	29.310,3
Transferências de capital	14,8	0,0	1.487,0	686,1	1.984,2	0,0	0,0	5.606,1	9.778,2
Administrações Públicas	14,8	0,0	1.487,0	0,0	345,7	0,0	0,0	0,6	1.848,1
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	303,1	0,0	0,0	0,0	303,1
Administração Regional	14,8	0,0	1.487,0	0,0	42,6	0,0	0,0	0,6	1.545,0
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências de capital	0,0	0,0	0,0	686,1	1.638,5	0,0	0,0	5.605,5	7.930,2
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
									0,0
Despesa efetiva	5.918,6	504,7	37.881,9	93.359,3	16.245,8	9.556,2	112.538,7	142.077,1	418.082,1
<i>Por memória:</i>									
Ativos financeiros		0,0	0,0	4.962,1	0,0	0,0	1243,7	0,0	6.205,9
Passivos financeiros		0,0	0,0	180.826,8	0,0	0,0	0,0	0,0	180.826,8
Operações extraorçamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

♦ 3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR

♦ 3.1. Entidades Públicas Reclassificadas

- ♦ Em 2012, as empresas classificadas no perímetro da APR aqui designadas de EPR (Entidades Públicas Reclassificadas) foram integradas e equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, para efeitos de controlo orçamental, em consonância com o disposto no n.º 5 do artigo 2.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro 2012.
- ♦ O saldo global da execução financeira das Entidades Públicas Reclassificadas, considerando a informação acumulada de maio de 2013, situou-se em -6,8 milhões de euros, resultante de despesas com pessoal (1,4 milhões de euros), com a aquisição de bens e serviços correntes (1,2 milhões de euros), com Juros e outros encargos (5,0 milhões de euros) e com transferências correntes (3,1 milhões de euros), fazendo com que a despesa corrente se fixasse em 10,9 milhões de euros. Relativamente à componente de capital, a despesa realizada ao nível da aquisição de bens e serviços de capital – que totalizou 1,8 milhões de euros – contribuiu de forma menos intensa para o défice evidenciado nos primeiros cinco meses do ano. Do lado das receitas, a componente corrente ascendeu a 5,8 milhões de euros, enquanto que a componente de capital apresentou uma realização de 105,3 mil euros até maio de 2013.
- ♦ Verifica-se um agravamento no saldo global das EPR de 1 milhão de euros face ao registado até ao final do mês anterior, conforme revela o quadro seguinte:

QUADRO IX - Saldo Global do Subsetor - EPR		€ Milhares	
		abril	maio
Empresas Públicas Reclassificadas		-5.764,5	-6.805,7

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

♦ 3.2. Síntese Global dos SFA e EPR

Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente de 8,8 milhões de euros. Este resultado é justificado, no que à componente corrente da receita diz respeito, pelas transferências da Administração Pública Regional (APR), que atingiram 95,4 milhões de euros, o que representa 93,1% da receita efetiva. Nas receitas de capital – não considerando o saldo da gerência anterior – as transferências provenientes da União Europeia constituem a origem da parcela mais relevante do total arrecadado pela via

de capital até ao final de maio de 2013 (84,8%), sendo que 15,2% provêm das transferências da APR. A estrutura da despesa é marcada pela relevância do peso das transferências correntes e de capital, e das despesas com a aquisição de bens e serviços correntes e com o pessoal, que representaram 93,9% da despesa efetiva.

O quadro X reflete os saldos em diferentes óticas dos Serviços e Fundos Autónomos e Entidades Públicas Reclassificadas:

QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-maio)			€ milhares
	SFA	EPR	TOTAL
Saldo global	8.790,2	-6.805,7	1.984,5
<i>Por memória:</i>			
Despesa primária	135.838,1	7.682,5	143.520,6
Saldo primário	10.904,4	-1.769,4	9.135,0
Saldo corrente	7.014,2	-5.091,2	1.923,0
Saldo de capital	1.776,0	-1.714,5	61,6
	0,0	0,0	0,0
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	109,3	641,1	750,3
<i>dos quais Receitas de:</i>	0,0	0,0	0,0
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0
Outros Ativos	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	9.300,9	9.300,9

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

O saldo global (SFA+EPR) relativo aos primeiros cinco meses de 2013, totalizou 2,0 milhões de euros, em virtude do resultado evidenciado pelos SFA, cujo saldo global ascendeu a 8,8 milhões de euros, o

qual foi apenas parcialmente anulado pelo saldo global evidenciado pelas EPR que atingiu -6,8 milhões de euros. Os saldos corrente e de capital atingiram, respetivamente, 1,9 milhões de euros e

61,6 mil euros. A despesa primária fixou-se nos 143,5 milhões de euros, perfazendo

um saldo primário de 9,1 milhões de euros.

QUADRO XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-maio) € milhares

	SFA	EPR	TOTAL
Receita corrente	136.533,1	5.807,8	142.340,8
Impostos diretos	636,3	0,0	636,3
Impostos indiretos	12,5	0,0	12,5
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.409,9	0,0	1.409,9
Transferências Correntes	132.045,6	0,0	132.045,6
União Europeia	7.403,0	0,0	7.403,0
Outras transferências	124.642,5	0,0	124.642,5
Venda de bens e serviços correntes	1.760,2	1.095,5	2.855,7
Outras Receitas Correntes	668,6	4.712,3	5.380,9
Receita de capital	10.209,4	105,3	10.314,8
Venda de bens de investimento	0,0	0,0	0,0
Transferências de capital	10.189,2	105,3	10.294,5
União Europeia	8.644,2	0,0	8.644,2
Outras transferências	1.545,0	105,3	1.650,3
Outras Receitas de Capital	2,0	0,0	2,0
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	18,3	0,0	18,3
Saldo da Gerência Anterior	22.800,5	3.940,6	26.741,1
Operações extra-orçamentais	39.564,7	334,0	39.898,7
Receita efetiva	146.742,5	5.913,1	152.655,6
Despesa corrente	129.518,9	10.899,0	140.417,9
Despesas com o pessoal	11.482,9	1.397,9	12.880,9
Aquisição de bens e serviços	29.167,4	1.169,7	30.337,0
Juros e outros encargos	2.114,2	5.036,3	7.150,5
Transferências correntes	81.435,8	3.113,4	84.549,3
Outros subsectores das Administrações Públicas	214,2	0,0	214,2
Outras transferências	81.221,7	3.113,4	84.335,1
Subsídios	5.256,1	0,0	5.256,1
Outras despesas correntes	62,4	181,7	244,1
Despesa de capital	8.433,4	1.819,8	10.253,2
Investimento	1.026,6	1.819,8	2.846,4
Transferências de capital	7.406,8	0,0	7.406,8
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	137.952,3	12.718,8	150.671,1
Ativos financeiros	1.464,2	0,0	1.464,2
Passivos financeiros	0,0	894,9	894,9
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Operações extraorçamentais	27.610,7	370,9	27.981,6
Saldo global	8.790,2	-6.805,7	1.984,5

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ♦ Em termos de execução mensal, constata-se que o saldo global do mês de maio, dos SFA e das EPR, ascende a -55,2 mil euros, tendo o saldo corrente atingido -206,4 mil euros e o de capital 151,2 mil euros. A despesa primária

fixou-se nos 32,8 milhões de euros e o saldo primário em 442,3 mil euros.

A despesa mensal dos SFA e EPR desagrega-se da seguinte forma:

QUADRO XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (maio)

€ Milhares

	maio 2013	
	SFA execução mensal	EPR execução mensal
Receita corrente	30.533,4	969,2
Impostos diretos	52,2	0,0
Impostos indiretos	2,1	0,0
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0
Outras receitas correntes	30.479,0	969,2
Transferências correntes	29.769,1	0,0
Receita de capital	1.768,4	0,0
Venda de bens de investimento	0,0	0,0
Transferências capital	1.754,8	0,0
Receita efetiva	32.301,7	969,2
Despesa corrente	30.118,8	1.590,2
Consumo público	10.810,0	870,9
Despesas com o pessoal	2.725,7	360,3
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	8.084,3	510,6
Subsídios	933,9	0,0
Juros e outros encargos	400,8	96,6
Transferências correntes	17.974,0	622,7
Despesa de capital	1.197,0	420,2
Investimento	95,4	420,2
Transferências de capital	1.101,6	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0
Despesa efetiva	31.315,7	2.010,4
Saldo global	986,0	-1.041,2

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

O quadro XIII apresenta os saldos mensais dos subsetores do Governo Regional, SFA,

e EPR – em diferentes óticas: Governo Regional e SFA (com e sem EPR), a saber:

QUADRO XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR

€ Milhares

	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	maio 2013	jan -maio 2013	maio 2013	jan -maio 2013
Saldo global	-57.271,3	-10.880,2	-58.207,1	-17.685,8
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-44.380,5	880,5	-45.001,4	-4.210,7
Despesa corrente primária	109.035,5	363.524,0	110.529,0	369.386,6
Saldo corrente primário	-43.454,7	22.921,9	-43.979,0	22.867,0
Saldo de capital	-12.890,9	-11.760,7	-13.205,7	-13.475,2
Despesa primária	123.871,7	409.500,9	125.785,4	417.183,4
Saldo primário	-56.345,6	11.161,2	-57.184,7	9.391,8

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Em 2013, apresenta-se a informação com as EPR e a comparável com 2011 excluindo para esse efeito as EPR.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento inicial.

♦ O saldo corrente (considerando GR+SFA), em termos acumulados ascendeu a 880,5 mil euros, tendo o saldo de capital atingido -11,8 milhões de euros. A informação relativa ao saldo primário (GR+SFA) revela um resultado que ascende a 11,2 milhões de euros até maio de 2013.

♦ Considerando a informação relativa ao Governo Regional e SFA (com EPR), verifica-se que a receita corrente arrecadada até maio de 2013 foi de 392,3 milhões de euros e a despesa da mesma natureza ascendeu a 396,5

milhões de euros. No que concerne à componente de capital, a receita atingiu os 34,3 milhões de euros enquanto a despesa atingiu os 47,8 milhões de euros. A receita líquida dos ativos e passivos financeiros, bem como das operações extraorçamentais, atingiu os 426,6 milhões de euros, com a despesa efetiva a atingir os 444,3 milhões de euros.

O QUADRO XIV expressa a desagregação por receita e despesa do universo comparativo descrito anteriormente (Governo Regional, SFA e EPR):

QUADRO XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR

€ Milhares

	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	maio 2013	jan -maio 2013	maio 2013	jan -maio 2013
Receita corrente	65.580,8	386.445,8	66.550,0	392.253,6
Impostos diretos	22.531,2	109.076,2	22.531,2	109.076,2
Impostos indiretos	31.827,7	149.874,4	31.827,7	149.874,4
Contribuições de Segurança Social	506,2	1.267,9	506,2	1.267,9
Outras receitas correntes	10.715,7	126.227,2	11.684,9	132.035,0
Transferências correntes	2.475,8	105.519,6	2.475,8	105.519,6
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	802,6	97.541,1	802,6	97.541,1
Receita de capital	1.945,3	34.216,3	2.050,7	34.321,6
Venda de bens de investimento	0,0	8,5	0,0	8,5
Transferências capital	5.758,9	29.965,9	5.864,2	30.071,2
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	4.166,7	20.912,6	4.166,7	20.912,6
Receita efetiva	67.526,1	420.662,1	68.600,6	426.575,2
Despesa corrente	109.961,2	385.565,3	111.551,4	396.464,3
Consumo público	83.537,3	257.263,0	84.408,2	260.012,3
Despesas com o pessoal	36.003,8	152.319,0	36.364,0	153.716,9
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	47.533,5	104.944,1	48.044,1	106.295,4
Subsídios	2.655,4	7.835,7	2.655,4	7.835,7
Juros e outros encargos	925,8	22.041,3	1.022,4	27.077,6
Transferências correntes	22.842,8	98.425,3	23.465,5	101.538,7
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	53,4	214,2	53,4	214,2
Despesa de capital	14.836,2	45.977,0	15.256,3	47.796,8
Investimento	12.798,8	30.336,9	13.219,0	32.156,7
Transferências de capital	2.037,3	15.640,1	2.037,3	15.640,1
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	62,8	303,1	62,8	303,1
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	124.797,4	431.542,3	126.807,8	444.261,0

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Em 2013, apresenta-se a informação com as EPR e a comparável com a situação anterior a 2012 excluindo para esse efeito as EPR.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento inicial.

◆ 4. Dívida não Financeira da Administração Regional

- ◆ O Passivo acumulado da Administração Pública Regional reportado ao final de maio de 2013, ascendia a 2.515,3 milhões de euros, dos quais, 77,9% são respeitantes a obrigações do Governo Regional. Os SFA, por seu turno, são responsáveis por 20,2% do montante do Passivo verificado;
- ◆ Os Pagamentos em Atraso apurados até ao final de maio de 2013, correspondem a 1.056,2 milhões de euros, sendo que as parcelas mais relevantes são atribuídas ao Governo Regional (85,1%) e aos SFA (10,4%);
- ◆ Assinala-se ainda o facto da componente Aquisições de Bens de Capital representar 42,7% do total do Passivo e 55,8% dos pagamentos em atraso;
- ◆ Os quadros seguintes sintetizam a situação da Administração Regional no final de maio de 2013, no que à dívida não financeira diz respeito.

QUADRO XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de maio de 2013 (valores acumulados) € milhares

Total	maio de 2013			Variação face a janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	1.341.280,41	881.377,40	450.793,56	1,04%	-1,39%	-0,61%
Despesas com Pessoal	7.661,45	7.433,82	156,30	231,38%	271,81%	96,57%
Aquisições de Bens e Serviços	413.036,22	402.328,67	346.267,72	-2,94%	-5,25%	-3,18%
Juros e outros encargos	519.800,42	98.609,46	88.731,57	3,53%	4,56%	9,37%
Transferências Correntes	362.891,30	348.943,22	14.398,29	1,82%	0,97%	6,44%
Subsídios	37.424,35	23.602,92	849,71	-6,72%	-10,11%	535,73%
Outras Despesas Correntes	466,67	459,31	389,96	-56,69%	-56,31%	-62,80%
Despesas de Capital	1.174.034,38	1.111.196,59	605.402,39	-1,05%	-0,49%	23,79%
Aquisições de Bens de Capital	1.072.972,98	1.072.475,56	588.920,87	0,36%	0,38%	24,34%
Transferências de Capital	101.061,40	38.721,02	16.481,52	-13,89%	-19,80%	7,03%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Total	2.515.314,79	1.992.573,99	1.056.195,94	0,05%	-0,89%	12,05%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de maio de 2013 (valores acumulados)

€ milhares

Governo Regional	maio de 2013			Variação face a janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	811.282,74	362.707,77	318.406,33	3,11%	2,56%	0,67%
Despesas de Capital	1.147.728,00	1.085.254,00	579.957,88	-0,78%	-0,26%	25,77%
Total	1.959.010,74	1.447.961,77	898.364,21	0,79%	0,43%	15,56%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de maio de 2013 (valores acumulados)

€ milhares

Serviços e Fundos Autónomos	maio de 2013			Variação face a janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	506.594,40	495.278,51	110.036,95	-0,38%	-2,59%	-5,33%
Despesas de Capital	1.099,25	735,46	237,38	-24,69%	148,97%	-5,73%
Total	507.693,65	496.013,97	110.274,33	-0,45%	-2,51%	-5,34%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de maio de 2013 (valores acumulados)

€ milhares

Entidades Públicas Reclassificadas	maio de 2013			Variação face a janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	23.403,27	23.391,13	22.350,27	-27,27%	-26,20%	6,30%
Despesas de Capital	25.207,12	25.207,12	25.207,12	-10,81%	-10,80%	-8,88%
Total	48.610,39	48.598,25	47.557,39	-19,57%	-18,94%	-2,32%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

◆ 5. Conceitos aplicados

Contas a pagar são o subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis (ex.: fatura ou documento equivalente, notas de abono, talões nos termos do CIVA).

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. Excluem-se deste conceito, para efeitos de aplicação da LCPA e do Decreto-Lei n.º 127/2012 (n.º 2 do artigo 4.º):

- ◆ As obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória, as quais devem ser consideradas no passivo, mas não em contas a pagar, uma vez que as provisões para riscos e encargos não constituem um passivo certo, líquido e exigível;
- ◆ As situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, as quais devem ser consideradas em contas a pagar, visto que a dívida se mantém, ainda que não incorra em mora;
- ◆ Os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, os quais permanecem em contas a pagar, acrescendo aos compromissos do

mês/período/ano em que vão ser liquidados.

Passivos são as obrigações presentes da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. Uma característica essencial de um passivo é a de que a entidade tenha uma obrigação presente (constituída, por exemplo, aquando da entrega dos bens com a guia de remessa, contabilizados em receção e conferência, ou com a fatura ou documento equivalente, provisões para riscos e encargos, ou em resultado de empréstimos contraídos).

◆ 6. Siglas e abreviaturas

APR	Administração Pública Regional
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIVA	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
DGO	Direção-Geral do Orçamento (Ministério das Finanças)
EPR	Entidades Públicas Reclassificadas
GR/Gov. Reg.	Governo Regional (da Madeira)
IABA	Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos
ISV	Imposto sobre Veículos
IT	Imposto sobre o Tabaco
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LOE	Lei do Orçamento de Estado
OE	Orçamento de Estado
p.p.	pontos percentuais
PAEF-RAM	Programa de Ajustamento Económico e Financeiro
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
VH	Variação homóloga

♦ 7. Índice de Quadros

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (jan-maio)	5
QUADRO II - Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro-maio).....	7
QUADRO III - Execução Orçamental do Gov. Regional (maio)	8
QUADRO IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-maio)	10
QUADRO V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-maio)	12
QUADRO VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-maio).....	13
QUADRO VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro-maio)	15
QUADRO VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-maio).....	17
QUADRO IX - Saldo Global do Subsetor - EPR	18
QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-maio).....	19
QUADRO XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-maio).....	20
QUADRO XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (maio)	21
QUADRO XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR.....	22
QUADRO XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR.....	23
QUADRO XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de maio de 2013 (valores acumulados)	24
QUADRO XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de maio de 2013 (valores acumulados)	25
QUADRO XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de maio de 2013 (valores acumulados)	25
QUADRO XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de maio de 2013 (valores acumulados)	25



PLANO FINANÇAS
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS